

Conselho de Saúde do Distrito Federal

ATA DA QUADRINGÉSIMA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

2 Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, no Plenário do Conselho de Saúde do
3 Distrito Federal – CSDF, SIG, Quadra 01 – Centro Empresarial Brasília, salas 316 a 322, realizou-se
4 a Quadringéssima Décima Sexta Reunião Ordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal –
5 CSDF. A Reunião contou com a presença da *Presidente do CSDF*, **Lourdes Cabral Piantino**, da
6 *Secretária Executiva do CSDF*, **Andressa Cristina de Oliveira Silva Cavalcante**, dos conselheiros
7 **segmento gestor**: Daniel Seabra Resende Castro Correa, Paulo Eduardo Guedes Sellera, Danielle
8 Soares Cavalcante, Anna Karina Vieira da Silva, Bárbara de Albuquerque Berçot, Maria Dilma Alves
9 Teodoro, Felipe Mazoni Lopes, Jorge Bruno Rosário de Souza; dos conselheiros **segmento**
10 **trabalhador**: Bruno Metre Fernandes, Jeovânia Rodrigues Silva, Márcio da Mata Souza, João Cardoso
11 da Silva, Jefferson de Sousa Bulhosa Júnior, Marina Saraiva Garcia, Rosalina Aratani Sudo; dos
12 conselheiros **segmento usuário**: Rui Perpétuo Gomes, Darly Dalva Silva Máximo, Danylo Santos Silva
13 Vilaça, Silvestre Araújo, Raimundo Nonato de Lima, Vera Lúcia Bezerra da Silva, Domingos de Brito
14 Filho, Willian Fernando da Silva, Luís Maurício Alves dos Santos, Marly de Fátima Barbosa de Araújo,
15 Magda Maria Cardoso da Silva. Justificaram ausência as Conselheiras Veralúcia Alves e Cristina
16 Guedes e os Conselheiros Marcus Quito, Tiago Neiva, Rômulo Marques, Helvécio Ferreira e Humberto
17 Lopes. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, iniciou a reunião às 09h10 com
18 a apresentação dos Informes. **Informes** – Conselheiros, convidados e Secretária Executiva
19 Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Conselheira **Marly** informou que o GAMAH está fazendo 15
20 anos hoje, oito de maio, e a comemoração será com um café da manhã comunitário no dia 09 de maio
21 no ambulatório do Hospital Universitário. Alertou a gestão que descentralizou a hanseníase, o que está
22 causando transtornos aos usuários que não estão bem esclarecidos, além de não fornecerem
23 estesiômetro e não possuírem outros materiais necessários ao diagnóstico e tratamento. Conselheira
24 **Rosalina** lembrou que no mês de maio é comemorada a semana brasileira de enfermagem, de 12 a
25 20 de maio, e convidou a todos para a abertura oficial, no dia 11 de maio às 09 horas da manhã na
26 Associação Brasileira de Enfermagem na 602 norte, e para o encerramento oficial no dia 19 de maio,
27 também às 09 horas da manhã. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, convidou
28 a conselheira Rosalina para compor a Mesa Diretora em lugar do Conselheiro Tiago Neiva, ausente
29 na presente reunião. Conselheira **Jeovânia** parabenizou as enfermeiras e técnicos de enfermagem
30 pela sua semana. Informou que o VII Fórum de Saúde de Taguatinga ocorrerá no dia doze de junho,
31 no Lyons Clube, com a parceria da Superintendência e do Conselho Regional de Taguatinga, e fará a
32 divulgação do *folder*. Informou, com pesar, que no DOU de 30 de abril centenas de equipes de saúde
33 bucal no Brasil foram descredenciadas, sendo 37 no DF. Conselheiro **Danylo Vilaça** informou que
34 participou de evento no dia 26 de abril, Uma Nova Saúde na Periferia Possível, que solicitava-se
35 argumentar quais são as ações do CSDF para com a população e também para falar de outras
36 questões envolvendo a sociedade como a desigualdade sobretudo em regiões como a Ceilândia,
37 Brazlândia. Disse que tem acompanhado com frequência o *site* da SES, que tem passado por uma
38 repaginada, e incentivou que todos os conselheiros acessem o *site* para averiguação e aprimoramento
39 das informações. Disse que houve a atualização do CSDF no Sistema de Acompanhamento de
40 Conselhos e ele está atualizado junto ao SIACS e quem quiser pode acessá-lo até mesmo para trazer
41 melhorias. Conselheiro **Domingos de Brito** solicitou esclarecimentos acerca do *e-mail* recebido na
42 semana anterior sobre o Ofício nº 396 do PROSUS. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente
43 do CSDF, disse que o ICIPE está na pauta e será esclarecido na apresentação. Conselheiro **Jefferson**
44 **Bulhosa** citou o falecimento de uma enfermeira da SES por autoextermínio e disse que já alertou o
45 quanto se está trabalhando sob pressão e sem condições de trabalho ou incentivo por parte do
46 Governo. Criticou a política do governo que não faz nada a respeito. Disse que já denunciou a falta de
47 condições de trabalho. Citou a reforma da entrada da emergência Hospital Regional de Taguatinga,
48 que apresenta problemas. Disse que esteve conversando com uma colega, agente comunitária de

49 saúde, e disse que o Governo deu as duas gratificações que os servidores têm, mas com a condição
50 de que eles têm de abrir mão de ser estatutários para serem celetistas para os novos contratados
51 serem celetistas. Disse que o CSDF precisa discutir a questão de recursos humanos. Disse que
52 recebeu a notícia de que tem 14 pediatras na 514 e frisou que a política de saúde tem que ser discutida
53 no CSDF. Conselheira **Danielle** disse que não existe nenhuma orientação para que os ACS passem
54 a ser celetistas. Explicou que existe uma ADIN do Governo Federal aonde a Constituição Federal diz
55 que sobre os Agentes Comunitários de Saúde somente uma lei federal pode reger. Disse que o
56 Ministério da Saúde soltou uma portaria dizendo que os estados e municípios diriam qual seria o
57 regimento interno de cada um e qual seria a legislação que cada estado iria colocar para os seus
58 agentes comunitários. Disse que em 2013, houve uma lei do Distrito Federal que criou a carreira de
59 Agente Comunitário de Saúde e que não houve processo de concurso público e colocou todos os
60 Agentes Comunitários de Saúde que já existiam nesta carreira estatutária. Disse que existia um acordo
61 no legislativo que os agentes que hoje trabalham, todos os servidores do Governo Federal que vem
62 para o DF desde 2001 tem o que se chama de gratificação do PASUS e todos os cedidos do Ministério
63 da Saúde para o DF, como vem descentralizados, o DF desde 2003 paga uma gratificação para esses
64 agentes. Continuou dizendo que para que se conseguisse reorganizar esse processo houve um acordo
65 com a Câmara Legislativa de que os Deputados estavam pressionando a fazer uma isonomia de
66 gratificação para as pessoas que vieram do Ministério descentralizadas. Disse que então o Secretário
67 de Saúde Humberto, por entender que a Estratégia de Saúde da Família é a estratégia que vai dar
68 acesso à população, é a estratégia que melhor vai dar a cobertura de atenção primária dentro do DF
69 e, percebendo que desde 2013 os Agentes Comunitários trabalhavam nas equipes da estratégia da
70 família e não recebiam GAB/GECET como recebem os técnicos de enfermagem, os enfermeiros, os
71 médicos, os odontólogos, os técnicos em saúde bucal, colocou que essa é uma reivindicação antiga,
72 desde 2013, dos Agentes Comunitários de Saúde. Foi chamado o Conselho porque se precisa, a partir
73 da nova PNAB, que uma lógica de organização dentro da estratégia da saúde da família, que é fazer
74 a junção do papel de Agente Comunitário de Saúde com a Vigilância em Saúde, não se tem mais
75 condições de ter duas pessoas fazendo coisas diferentes dentro do mesmo território, visitando os
76 mesmos domicílios e o dinheiro público sendo jogado fora. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**,
77 Presidente do CSDF, ponderou que o assunto pode ser colocado para discussão em reunião próxima.
78 Conselheiro **Daniel Seabra** explicou que, com relação ao atendimento pronto infantil na região sul, foi
79 discutido dentro dos Conselhos, tem uma ata conjunta de uma união conjunta entre ambos Conselhos
80 que decidiram que o melhor local para abrir pronto atendimento infantil na região sul era o Hospital de
81 Santa Maria, reforçando que isso foi discutido no âmbito dos Conselhos ao contrário do que foi dito
82 aqui. Disse que a região sul tem os dois hospitais mais próximos entre todas as regiões que tem mais
83 de um hospital, são apenas oito quilômetros de distância entre um hospital e outro, foi entendido na
84 região que o alinhamento com a Conferência de Saúde da Mulher de que o espaço que antes era
85 destinado ao pronto atendimento infantil no Hospital do Gama seria melhor destinado ao Centro de
86 Parto Normal e que o Hospital de Santa Maria teria uma estrutura melhor para abertura de um pronto
87 atendimento infantil para a região. Parabenzou os Conselhos da região que deram um bom exemplo
88 de trabalho em parceria dentro da região. Respondeu à Conselheira Marly que irá levantar os dados.
89 Conselheiro **Luís Maurício** solicitou que o horário de inscrição para os informes nas reuniões seja
90 estendido. Citou as campanhas de compra de cadeiras de rodas, solicitou que a gestão verifique os
91 atendimentos emergenciais, de forma pontual, para melhorar o fluxo de atendimento. Sugeriu
92 colocação em pauta a discussão sobre a qualidade da sonda neurogênica, com uma palestra.
93 Conselheiro **Márcio da Mata** sugeriu convite à DIENF – Diretoria de Enfermagem – para apresentar
94 esclarecimentos sobre o tema da bexiga neurogênica ao CSDF. Conselheiro **João Cardoso** informou
95 que estão acontecendo problemas na mudança da escala na Atenção Primária no Gama, que está
96 passando de 12 para 10 horas e todos estão insatisfeitos, principalmente no presídio feminino. Citou
97 as escalas no Hospital de Base, que o pessoal que foi contratado agora foi 20 horas semanais com
98 complementação para 36 horas, mas a direção lá determinou que será 12 por 36 fixo e nesse caso
99 tem semana que dá 36 e outra que dá 48 e está acarretando problemas no pagamento, porém está
100 sendo negociado, mas se não se chegar a um consenso o caso será judicializado. Conselheiro **Márcio**
101 **da Mata** disse que se está passando por uma situação muito grave na categoria dos profissionais
102 enfermeiros em referência ao autoextermínio, já com vários casos esse ano, e é necessária uma
103 abordagem mais cuidadosa. Citou a questão da responsabilidade técnica de enfermeiros na Atenção
104 Primária. Disse que tem visitado algumas unidades e verificou que alguns enfermeiros estão sendo
105 obrigados a assumir essa atividade técnica das unidades que eles estão desempenhando a função.
106 Disse que a questão não é que os enfermeiros não queiram assumir a responsabilidade técnica dentro
107 das unidades de saúde, o que é questionado é a situação de algumas dessas unidades que não

108 possuem ainda a condição necessária para garantir a assistência ao usuário e o enfermeiro não se
109 sente com segurança para assumir a responsabilidade técnica daquele local. Solicitou inclusão de
110 pauta no sentido de se realizar uma apresentação do Conselho Regional do que é o ideal e trabalhar
111 uma proposta de estabilização dessas unidades. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente
112 do CSDF, frisou, mais uma vez, que com a formação e fortalecimento das comissões os assuntos
113 deverão encaminhados. Conselheiro **Daniel Seabra** explicou que a falta de condições ideais de
114 atendimento não faz com que o RT – Responsável Técnico - tenha que interromper o trabalho, mas
115 sim que ele tenha que solicitar as condições ideais para que o trabalho seja executado. Disse que isso
116 é extremamente importante e que muitas vezes se tem notícia que falta alguma coisa em determinada
117 unidade e ninguém tomou nenhuma atitude para resolver o problema. Opinou que o melhor local para
118 essa discussão é a comissão para que se crie fluxos para que o RT consiga cumprir o seu papel da
119 melhor forma possível. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, passou à ordem
120 do dia. Solicitou que fosse incluída a posse da Conselheira Marly e do Conselheiro Luís Maurício, pois
121 a publicação ocorreu após a confecção da pauta. Secretária Executiva do CSDF, **Andressa Cristina**,
122 efetuou a leitura dos termos de posse dos conselheiros Marly e Luís Maurício e os mesmos os
123 assinaram e foram empossados. **Item 01 – Apresentação e aprovação da Pauta 416ª Reunião**
124 **Ordinária do CSDF**. Coordenação: Mesa Diretora CSDF. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**,
125 Presidente do CSDF, apresentou a pauta da 416ª RO ao pleno. Aprovada. **Item 02 - Apresentação e**
126 **aprovação das Atas – 413ª RE e 414ª RO**. Coordenação: Mesa Diretora. Secretária Executiva do
127 CSDF, **Andressa Cristina**, apresentou a minuta da ata da 413ª RE. Aprovada por unanimidade.
128 Apresentou em seguida a minuta da ata da 414ª RO, com inclusão proposta pela ex-secretária
129 executiva Gisely Pasquini. Aprovada por unanimidade. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**,
130 Presidente do CSDF, informou que as atas aprovadas passarão a ser impressas e assinadas no
131 mesmo dia para digitalização e arquivo no CSDF. Conselheira **Marly** comunicou que precisaria se
132 ausentar da reunião a partir daquele momento. **Item 03 – Homologação da representação de**
133 **conselheiros nas Comissões Internas e Grupos de Trabalho do CSDF**. Coordenação: Mesa
134 Diretora do CSDF. Conselheiro **Danylo Vilaça** efetuou a apresentação das comissões e as suas
135 respectivas composições recompostas com as indicações recebidas dos segmentos. Disse, em
136 referência à CIST, que a Conselheira e Presidente do CSDF, **Lourdes Cabral Piantino**, integrará a
137 mesma de forma extraoficial. Encaminhou que, no momento da posse, o conselheiro seja colocado
138 como integrante em comissões que tenham vaga. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente
139 do CSDF, colocou em votação a homologação das comissões apresentadas. Aprovado por
140 unanimidade. Conselheiro **Danylo Vilaça** registrou que o grupo de trabalho tem seis meses para
141 realizar os seus produtos a partir de hoje, a homologação. **Item 04 – Grupo de Trabalho da Frente**
142 **Parlamentar em Defesa dos Conselhos Regionais de Saúde do Distrito Federal**. Expositor:
143 Conselheiro Luís Maurício. Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Conselheiro **Luís Maurício** expôs
144 o tema ao pleno, explicando que a razão da criação do grupo de trabalho foi dentro de uma demanda
145 dos Conselhos Regionais, no sentido de criar uma estrutura de funcionamento desses Conselhos
146 Regionais que em certas unidades de saúde são bem precários, no sentido de que a própria
147 composição de alguns Conselhos Regionais não conseguia fazer o seu trabalho porque gestores não
148 davam condições de trabalho para esses conselheiros regionais. Citou a questão da legalidade de
149 certos conselhos regionais que não tinham eleições e não havia participação de todos os segmentos.
150 Disse que o Fórum com Conselhos Regionais foi presidido pela Maura, que é do Conselho de Saúde
151 do Núcleo Bandeirante, e ela levou essa pauta à Câmara Legislativa e foi criada essa Frente. Disse
152 que essa Frente tem um prazo de validade, até dezembro de 2018. Disse que percebeu que ela tentou
153 criar uma rixa entre o CSDF e os Conselhos de Saúde Regionais no sentido de dizer que esse
154 Conselho do DF não dava muita importância para os Conselhos Regionais no sentido de estruturá-los
155 para poder trabalhar e também no sentido da independência de ação que cada Conselho teria que ter.
156 Continuou dizendo que ela dizia que o CSDF interferia muito nas ações dos Conselhos Regionais.
157 Disse que foi nomeado para a Coordenação dessa Frente Parlamentar dentro desse grupo de trabalho
158 e que pegou essa frente já em andamento. Disse que ela foi criada em 2017 e só teve duas reuniões.
159 Entrou 2018, ele foi nomeado em março, salvo engano, e solicitou para a Assessoria Técnica da
160 Câmara realizar um estudo em termos de leis para saber qual é a relação que o Conselho de Saúde
161 do Distrito Federal tem em relação aos Conselhos Regionais. Citou as obrigações e deveres de cada
162 parte. Disse que entende que algumas ações feitas pelo CSDF têm que mudar essa realidade, e que
163 está faltando essa comunicação, esse diálogo com os Conselhos Regionais. Citou as reuniões
164 periódicas que estão sendo realizadas no CSDF com os Conselhos Regionais, mas tudo isso foi
165 desconsiderado pela Conselheira Maura, que foi quem levou essa realidade para a Câmara e o
166 Presidente da Câmara entendeu que o CSDF não estava dando essa importância, o que não é

167 verdade. Disse que três conselheiros de saúde, a Presidente do CSDF e mais dois membros do
168 Conselho de Saúde estiveram na Câmara, conversaram com o Presidente da Frente, Dep. Ricardo
169 Valle, foi aberto um diálogo e ele disse que vai depender da orientação que o Conselho do DF der
170 juntamente com os Conselhos de Saúde em mudar os objetivos e as finalidades dessa Frente. Disse
171 que o objetivo da Frente aqui não é intervenção na competência de fiscalização dos Conselhos
172 Regionais. Voltou a se reportar ao Dep. Ricardo Valle que disse para haver uma reunião do CSDF e
173 Conselhos Regionais e dentro do que já foi definido se tem a autoridade para mudar a finalidade e
174 objetivos. Disse que a Presidente do CSDF comunicou que no CSDF havia sido criada uma comissão
175 para acompanhamento dessa Frente e que se aproveitasse essa comissão para poder contribuir com
176 a Frente e executar algumas coisas que poderiam ser benéficas aos Conselhos. Citou a questão
177 orçamentária, as emendas parlamentares, que essa Frente foi criada com a assinatura dos 24
178 parlamentares então se teria um orçamento para infraestrutura para os Conselhos Regionais. Disse
179 que esse seria o principal objetivo da Frente. Disse que criou essa situação no CSDF para definir se é
180 positiva ou não essa Frente, o que se poderia tirar de proveito dessa Frente Parlamentar para levar
181 aos Conselhos Regionais de Saúde. Sugeriu a cooperação entre o grupo de acompanhamento da
182 Frente Parlamentar criado no CSDF e a própria Frente. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**,
183 Presidente do CSDF, esclareceu que o CSDF recebeu um documento assinado pelo Deputado Joe
184 Valle para indicação pelo CSDF dois representantes de cada uma das sete macrorregiões do DF para
185 compor essa Frente Parlamentar. Disse que isso foi colocado no Conselho e o Conselheiro Jefferson
186 propôs a formação de uma comissão, formada no dia que foi apresentado o documento, para que essa
187 comissão discutisse essa proposta apresentada da criação da Frente Parlamentar. Disse que foi
188 solicitada algumas vezes uma reunião com o Deputado Ricardo Vale, uma vez que ele era o Presidente
189 da Frente, porém não se conseguiu essa reunião, então foi agendada uma reunião com o Deputado
190 Joe Valle porque o documento veio assinado por ele. Disse que nessa reunião foi explicado ao
191 Deputado Joel Valle a impossibilidade do CSDF indicar dois representantes de cada macrorregião
192 porque algumas regiões eram compostas por mais do que dois Conselhos, e que o CSDF não foi
193 comunicado, não participou e nem no momento da criação da Frente Parlamentar ele foi sequer
194 consultado em relação à criação dessa Frente Parlamentar, então tudo foi feito à revelia do CSDF.
195 Continuou dizendo que naquele dia o Deputado Joe Valle sugeriu que o Conselho já aproveitando que
196 se estava lá fizesse uma reunião com o Deputado Ricardo Valle, inclusive sendo pedida essa reunião
197 do próprio gabinete do Deputado Joe Vale. Disse que foi feita a reunião com o Deputado Ricardo Vale
198 e foi esclarecido para ele que o CSDF não tinha participado em nenhum momento e que a forma como
199 essa proposta de criação de Frente Parlamentar foi feita por uma pessoa que não é oficialmente
200 conselheira, uma vez que o Conselho do Núcleo Bandeirante ainda está em processo de homologação.
201 Disse que não existe oficialmente um Conselho do Núcleo Bandeirante e muito menos essa pessoa
202 que entrou com um pedido da formação dessa Frente não é oficialmente representante de
203 absolutamente nada. Conselheira **Danielle** deixou claro que o CSDF nunca recebeu a documentação
204 após a eleição, até hoje. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, acrescentou
205 que para o CSDF o Conselho do Núcleo Bandeirante não existe oficialmente. Disse que como essa
206 decisão foi feita por uma pessoa e essa pessoa inclusive afirmou para o deputado que o Conselho de
207 Saúde indicou o Conselheiro Luís Maurício como representante do CSDF na Frente Parlamentar. Foi
208 esclarecido então que em nenhum momento o CSDF participou de nada e o CSDF questionava essa
209 Frente Parlamentar da forma como ela foi construída uma vez que ela viria a atropelar as funções do
210 Conselho de Saúde. Disse que o Deputado Ricardo Valle, enquanto presidente da Frente, entendeu
211 que esse assunto deveria ser trazido para o pleno e o pleno iria aprovar ou não a construção dessa
212 Frente Parlamentar, que não é simplesmente indicar um representante. Disse que esclareceu que o
213 próprio Conselho de Saúde desde o início desse ano está fazendo esse trabalho de fortalecimento e
214 empoderamento dos Conselhos Regionais e inclusive na questão que o Conselheiro Luís Maurício
215 colocou da necessidade de que as regiões de saúde ofereçam espaço físico, infraestrutura necessária
216 para que o Conselho funcione. Disse que o CSDF, durante o ano de 2018, está trabalhando na
217 formação e fortalecimento dos Conselhos Regionais. Disse que é necessário se discutir essa questão,
218 se o Conselho de Saúde aceita e aprova a criação de uma Frente Parlamentar que vai ocupar um
219 espaço e que de certa forma vai atrapalhar os processos que estão sendo propostos. Efetuou a leitura
220 do documento que define o grupo de trabalho da Frente Parlamentar. Conselheiro **Luís Maurício**
221 ponderou acerca dos apontamentos feitos pela Conselheira Lourdes, que se está tendo uma
222 oportunidade de retirar essa pauta de uma pessoa que, a seu ver, não estava contribuindo para o
223 fortalecimento dos Conselhos Regionais. Entendeu que a fala do parlamentar disse que o Conselho
224 decide, que o objetivo da Frente não é a interferência e sim o fortalecimento dos Conselhos Regionais
225 e que o Conselho do DF participe ativamente desse processo. Disse que se está retirando essa pauta

226 dessa pessoa, que é uma das principais pessoas criticadas por estar na frente dessa Frente. Disse
227 que foi acusado de ser amigo do Helvécio, o que não tem nada a ver, que por ser membro do CSDDF
228 não serviria para estar na frente da coordenação dessa Frente, foi acusado de ser nomeado pelo CSDF
229 para estar na Frente, e isso não é verdade. Destacou, mais uma vez, que se está tendo essa
230 oportunidade de ter esse instrumento e dialogar com os Conselhos Regionais de Saúde, que está ali
231 para contribuir e reconhece que o CSDF até então está tendo esse diálogo com os Conselhos
232 Regionais. Conselheiro **João Cardoso** entendeu que a Frente Parlamentar veio para somar e quem
233 sabe corrigir algumas imperfeições que tem dentro da legislação do Conselho. Disse que a pessoa
234 que é citada é representante do SINDATE pelo Conselho de Saúde do Núcleo Bandeirante e ela é
235 uma pessoa muito trabalhadeira e compromissada com o Controle Social porém ela tem uma maneira
236 própria de agir. Opinou que é necessário se dar autonomia aos Conselhos Regionais, dentro da
237 legalidade. Disse que muitas vezes a própria gestão não respeita as decisões dos Conselhos
238 Regionais. Questionou a demora na nomeação do Conselho Regional do Núcleo Bandeirante.
239 Conselheiro **Jefferson** disse que no dia cinco de maio recebeu, por meio de um grupo, um comunicado
240 da Sra. Maura, citando-o: *“Bom dia. Estamos organizando o sexto fórum de conselhos de saúde e*
241 *movimentos sociais. A organização do evento ficou a cargo do FIRC-DF, Conselho de Saúde do DF,*
242 *Coordenação de Plenária dos conselhos da região de saúde central e coordenadores regionais. Será*
243 *no Clube da Saúde com apoio da SEBE e o produto do encontro será um consolidado de propostas*
244 *para ser entregue aos candidatos e ao Governo do DF”*. Disse que respondeu da seguinte forma: *“Acho*
245 *melhor explicar que: este fórum é meramente extraoficial, político, não é um fórum com convocação*
246 *estatutária nem faz parte do calendário das organizações do SUS, o Conselho de Saúde do DF não o*
247 *convocou. Após reunião com o presidente (cita a reunião) da Câmara e o Deputado Ricardo Vale a*
248 *comissão do Conselho de Saúde recebeu a incumbência de alterar no que possível o documento da*
249 *Frente. Não fui a reunião, porém faço parte da comissão que irá alterar ou não o dito documento”*.
250 Deixou claro que acha que a Frente Parlamentar é algo legítimo dos parlamentares. Disse que, no que
251 couber, a Frente e os parlamentares têm e devem contribuir para os Conselhos de Saúde Regionais e
252 Conselho de Saúde do DF. Disse que a questão dos Conselhos Regionais de Saúde tem que ser
253 definitivamente resolvida, não só a questão do Núcleo Bandeirante. Opinou que o papel do CSDF deve
254 ser mais claro junto à gestão da política de saúde. Conselheiro **Raimundo Nonato** citou o artigo 215
255 da Lei 8080 para definição do papel do Conselheiro e do Conselho de Saúde nas políticas públicas de
256 saúde. Disse que no dia 09 de junho de 2017 foi realizada a eleição do Conselho de Saúde do Núcleo
257 Bandeirante aonde ele, a Sra. Maura, o Sr. Walmir, que é do segmento usuário do setor dos
258 comerciários do Núcleo Bandeirante, e o Dr. Hélio. Disse que a Maura nunca compareceu a nenhum
259 chamado depois da eleição para se buscar documentação. Disse que pediu toda documentação,
260 inclusive com a Carla, e ela nunca compareceu e nem deu resposta por que não comparecia a estas
261 reuniões. Disse que até hoje falta documentação e tem instituição que já desistiu. Citou a legislação
262 envolvida em referência à descentralização do orçamento da saúde. Disse que o Conselho do Núcleo
263 Bandeirante até hoje não tomou posse por irresponsabilidade de alguns membros da comissão que
264 nunca se fizeram presentes. Disse que não é contra Frente Parlamentar, mas no ano de 2018, no atual
265 cenário brasileiro e do DF, é contra a Frente Parlamentar como Conselheiro e como controle social.
266 Conselheiro **Domingos de Brito** disse que, até em função da forma como foi colocada, é necessário
267 ter muito cuidado ao analisar a questão. Disse que a Frente Parlamentar tem os seus pontos positivos.
268 Disse que, nesse momento, é contra essa Frente Parlamentar da forma como ela foi instituída, mas se
269 ela for feita nos rigores da lei, pautada naquilo que é necessário e percorrido o caminho correto, é a
270 favor sim da Frente, porém esta é contra. Conselheira **Jeovânia** criticou a forma como a criação da
271 Frente Parlamentar foi conduzida. Lembrou que não se deve esquecer do respeito à autonomia das
272 instituições, e nessa autonomia tem que se refletir sobre qual é de fato a relevância do controle social
273 ser protagonista, e se a ideia da Frente é essa, parabéns, vamos apoiar, mas não é o que parece da
274 maneira como ela surgiu. Disse não apoiar, neste momento, o que está sendo posto. Conselheiro
275 **Danylo Vilaça** disse que corrobora com muito do que já foi dito sobre a legitimidade de a Câmara ter
276 as suas ações, mas o seu desejo enquanto conselheiro é que a Câmara fizesse isso não nesse
277 momento, que se tem uma renovação na Câmara Legislativa, então acha que não é o momento e já
278 adianta que não vê necessidade da criação dessa Frente Parlamentar e assim como os demais
279 conselheiros é contrário à essa indicação de Frente. Disse que a sua contrariedade a essa proposta é
280 que está tudo muito obscuro ainda, e pensa que sua intenção é que se crie uma Frente Parlamentar
281 nos mandatos futuros, de outras pessoas, numa renovação. Disse que pensa, como proposta, que não
282 se pode criar uma comissão pois já está saturado até porque não se tem mais capacidade de recursos
283 humanos para composição de comissões, mas que se elabore uma nota conjunta do plenário com
284 consenso do pleno para dizer se quer ou não essa Frente e os motivos para tal. **Fátima Rola** disse

285 que já teve vários confrontos com essa senhora que se está reportando agora, pela forma como ela
286 quer impor as suas necessidades, e não dá para aceitar que coisas dessa natureza aconteçam hoje.
287 Disse que não se pode aceitar que um Conselho como esse, criado por lei federal, permita que pessoas
288 venham querer desvirtuar a função deste Conselho. Opinou que deve sair um documento do pleno,
289 hoje, com a ata e votação, de que o pleno não concorda com isso. Disse que se pode discutir sim com
290 os parlamentares essa questão e se tem alguém indicado como conselheiro nesta comissão é preciso
291 saber quem indicou os tais conselheiros, o que deveria ser responsabilidade deste Conselho do DF.
292 Opinou que existem interesses pessoais envolvidos nessa questão. Disse que os Conselhos Regionais
293 têm autonomia e as suas decisões tem que ser trazidas ao CSDF para que sejam homologadas e se
294 possa referendar e aí sim, o Conselho tem peso. Frisou que não dá para aceitar que ninguém, nem
295 um parlamentar, venha se meter em um Conselho que tem uma lei que homologa todas as suas
296 deliberações. Conselheira **Danielle** disse que se é para rever a legislação para os Conselhos isso só
297 pode ser feito no momento das Conferências, na presença do que se acha que é maior como
298 representatividade da participação social, e não se pode esquecer que os Conselhos de saúde fazem
299 parte do SUS, que têm uma legislação que não pode ser derrubada dentro do DF. Disse que se tem
300 uma sequência, e se é para rever a 4604, que o Conselho seja chamado para participar. Esclareceu
301 que, em referência ao Núcleo Bandeirante, enquanto a eleição foi feita, a representante do Conselho
302 que foi até a Câmara, ela não foi eleita em um primeiro momento, que o nome dela não foi colocado,
303 e essa listagem quem encaminha para o Conselho de Saúde do DF é a Comissão Eleitoral aprovada
304 pelo pleno, e se tem Resolução da Comissão com publicação no DODF. Continuou dizendo que a
305 Resolução foi publicada e a Comissão tem obrigações, que o Conselheiro Raimundo fazia parte dessa
306 comissão enquanto representante da atual Mesa Diretora à época, e referendado pelo pleno do
307 Conselho para acompanhar, fez toda a eleição e comunicou ao Conselho que a documentação tinha
308 ficado presa na mão de uma única pessoa que não tinha sido eleita até então. Disse que após meses
309 o SINDATE modificou a sua representação e a colocou como representante da instituição. Lembrou
310 que essa documentação de todos os conselheiros, inclusive a assinatura da Comissão Eleitoral, não
311 chegou até a gestão da SES para que fosse publicada a regularização desse Conselho. Disse, citando
312 a Fátima Rola, que não é tão rápida a publicação, que demora no mínimo trinta dias, mas o processo
313 já está na SES, já foi para AJL para verificação, já foi assinada a ficha limpa, toda a documentação já
314 foi revista, e ela já está em trâmite no SEI, é público. Disse que é importante lembrar que a Mesa
315 Diretora tem feito reuniões mensais com os presidentes de Conselhos Regionais. Frisou que não se
316 pode fragilizar o Conselho de Saúde do DF em detrimento da valorização ou sequer da autonomia dos
317 Conselhos Regionais, ninguém nega autonomia, mas não se pode passar uma atribuição que é do
318 Conselho de Saúde do DF, que existe uma legislação que o rege, para a discussão, até porque se
319 deve, neste pleno, após fazer uma discussão do regimento, fazer uma discussão de descentralização
320 e regionalização. Disse que o DF já tem um decreto desde 2015 de regionalização, existem as regiões
321 de saúde, é preciso discutir como vão ficar as representações da participação social nas regiões e o
322 Conselho não fez isso até hoje e é preciso fazer. Conselheiro **João Cardoso** esclareceu que a entidade
323 foi eleita e a Sra. Maura foi encaminhada como suplente e questionou se a mesma foi notificada acerca
324 da entrega da documentação, sendo respondido que sim, que ela foi notificada enquanto comissão
325 eleitoral. Conselheira **Vera Lúcia** disse que seu entendimento é que se é uma coisa que veio errada,
326 concorda com o Conselheiro Domingos, se for uma coisa para somar, não tem porquê. Disse que
327 entende que é Conselho Nacional, Conselho de Saúde e Conselho Regional, e o Conselho de Saúde
328 já está trabalhando para deixar tudo organizado. Conselheiro **Luís Maurício** concordou que a Frente
329 Parlamentar foi criada de forma equivocada, porém defendeu a sua colocação, dizendo que estão
330 sendo citadas no pleno situações passadas e não se está falando do presente, no momento de
331 empoderamento do Conselho de Saúde do DF, dizer como essa Frente deve funcionar, dizer como o
332 Conselho do DF pode contribuir com os Conselhos Regionais numa unidade, um diálogo de mudança
333 radical dos objetivos e das finalidades dessa Frente. Disse que a sua preocupação é que simplesmente
334 o Conselho do DF se exime de dizer que essa Frente é interessante para o controle social e aí vem os
335 Conselhos Regionais dizer que querem essa Frente, se o Conselho do DF não tem interesse de nos
336 estruturar, de nos empoderar, nós vamos tocar o barco e então vai à Frente com os Conselhos
337 Regionais e lá na frente tem um resultado positivo e o Conselho do DF fica nessa discussão de dizer
338 que foi em ano eleitoral, que aqui tem interesse político. Disse que os poderes são independentes e o
339 parlamento pode seguir com essa Frente independente da opinião do Conselho de Saúde do DF. Disse
340 que está com a consciência tranquila, que se está tentando fazer o papel, e se há outros pensamentos,
341 se há outros interesses, desconhece. Conselheiro **Márcio da Mata** disse que uma preocupação que
342 tem é que a decisão sobre essa Frente Parlamentar cabe ao parlamentar, se ele quiser instituir da
343 forma como está ele vai instituir, e a preocupação é que pode ter uma finalidade escusa, que não se

344 sabe. Disse que se tem a legislação que confere todos os dispositivos do Conselho em legislação
345 distrital e a Frente Parlamentar tem poder de alterar isso. Questionou qual a decisão que será tomada
346 pelo CSDF. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, disse que Domingos, Darly,
347 ela própria e Luís Maurício estiveram com o Deputado Ricardo Vale, que é Presidente dessa Frente,
348 e ao saber da situação que essa Frente foi construída, da forma como ela foi levada para ele, de alguns
349 problemas realmente sérios de comunicação e decisões bem particulares de determinadas pessoas
350 ele foi bem claro dizendo que o Conselho de Saúde decide, ou acaba com a Frente ou continua com
351 a Frente. Disse então que ficou de trazer para o Conselho de Saúde essa decisão, o que o Conselho
352 de Saúde decidir o Deputado vai acatar porque foi um acordo feito. Disse que iria colocar para o pleno
353 decidir a manutenção ou encerramento definitivo desta Frente Parlamentar. Disse que o Conselho de
354 Saúde está trabalhando diariamente no fortalecimento e empoderamento dos Conselhos Regionais,
355 se está mostrando para os Conselhos Regionais que eles tem que se fortalecer e que tem que ter
356 autonomia porém do jeito que eles estão constituídos hoje, da forma como a coisa está sendo
357 conduzida, principalmente por alguns conselhos, eles não tem autonomia porque não tem legalidade,
358 então está se trabalhando no CSDF na legalização desses conselhos, no fortalecimento deles e já se
359 comprometeu a passar esse ano inteiro trazendo informação para o conselheiro para que o conselheiro
360 saiba qual é o papel dele. Propôs, como Presidente do CSDF, o fortalecimento e o cumprimento da
361 legislação dos Conselhos Regionais. Encaminhou a votação da continuidade da Frente Parlamentar.
362 Conselheiro **Márcio da Mata** ponderou que o CSDF não pode impedir a Frente Parlamentar, mas sim
363 sugerir que o parlamentar encerre a Frente Parlamentar como foi o compromisso. Conselheiro **Luís**
364 **Maurício** opinou que deve haver um documento produzido no pleno para que seja levado aos
365 parlamentares que, se for o caso, sugira o encerramento da Frente. Conselheira **Lourdes Cabral**
366 **Piantino**, Presidente do CSDF, efetuou a leitura do documento de resposta encaminhado ao Deputado
367 Joe Valle referente à indicação dos conselheiros. Conselheiro **Paulo Sellera** ponderou que aprovar e
368 concordar é a mesma coisa. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, disse que,
369 pelo que entendeu na presente reunião, o Conselho de Saúde não aprova a Frente Parlamentar em
370 Defesa dos Conselhos Regionais. Disse que, pelo que entendeu, ninguém no CSDF é contra a criação
371 de uma Frente Parlamentar discutida entre os Conselhos, porém está se falando desta Frente
372 Parlamentar que foi criada nestas condições. Colocou em regime de votação se o CSDF aprova esta
373 Frente Parlamentar que está sendo discutida neste momento. Conselheiro William, Luís Maurício e
374 João Cardoso votaram a favor. Conselheiro **Bruno Metre** manifestou interesse em esclarecimentos e
375 a Conselheira Lourdes informou que a matéria estava em regime de votação e não cabia manifestação,
376 lendo ao pleno o regimento na parte envolvida. Foram apurados 14 votos contrários e 02 abstenções.
377 Conselheiro **Bruno Metre** justificou a sua abstenção informando que não ficou claro a forma como
378 seria feito o encaminhamento, qual seria o instrumento de deliberação para a decisão e, sobretudo,
379 que a discussão, no seu entendimento, é exclusivamente no âmbito das competências do Conselho.
380 Conselheiro **Márcio da Mata** disse que a sua justificativa é relacionada a não concordar com a
381 continuidade da Frente Parlamentar instituída e aprovada pelo Poder Legislativo. Conselheiro **Paulo**
382 **Sellera** deixou claro que a resposta do CSDF foi em decorrência da solicitação do Deputado Ricardo
383 Valle de “aprovação ou não da Frente Parlamentar”. **Item 05 – Processo nº 0060-008633/2016 –**
384 **Relatório referente aos resultados dos trabalhos de inspeção nos contratos de gestão entre a**
385 **SES-DF e o ICIPE.** Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**,
386 Presidente do CSDF, efetuou leitura de ofício recebido no CSDF em 04 de maio de 2018, da PROSUS.
387 Informou que encaminhou o ofício aos conselheiros no mesmo dia 04 de maio. Disse que o tema voltou
388 à pauta pois não foi possível fechar a questão relacionada ao Processo nº 0060-008633/2016. Explicou
389 que naquela análise da Reunião Extraordinária que foi feita para tratar desse assunto chegou-se à
390 conclusão que o processo que está tramitando neste Conselho encerra as atividades no dia 15 de
391 dezembro de 2015 uma vez que o parecer assinado e aprovado por este Conselho foi no dia 15 de
392 dezembro de 2015 e desde então a única coisa que foi anexada ao processo foram as 417 respostas
393 dadas pela SES ao questionamento da comissão que estava trabalhando nesse processo. Disse o
394 Conselho de Saúde precisa dar uma posição definitiva em relação a esse processo que está
395 aparentemente, até que se prove o contrário, parado desde 15 de dezembro de 2015. Disse que este
396 processo estava nas mãos de uma comissão e desta comissão só restam dois representantes usuários
397 que compõem este Conselho, os outros representantes desta comissão não são mais conselheiros,
398 então é preciso recompor essa comissão para dar o fechamento a este processo. Citou os dois
399 componentes que se mantiveram nessa comissão, Conselheiro Domingos e Conselheiro Raimundo
400 Nonato. Disse que foi definido na reunião passada que seria reestruturada essa comissão para poder
401 concluir o processo, então é preciso representante de trabalhador e representante de gestor e mais
402 dois usuários. Citou, para os conselheiros que não estavam presentes na reunião passada, os

403 conselheiros que compunham esta comissão que assinou este parecer, parecer da comissão
404 constituída referente ao processo, a saber: Olga Messias, Margô Gomes, Raimundo Nonato, Kerolyn
405 Ramos, Joaquim Trajano e Domingos de Brito. Ratificou que os únicos que se mantêm conselheiros
406 são Raimundo e Domingos. Conselheiro **Domingos de Brito** esclareceu que foi colocado no pleno,
407 na reunião passada, que o parecer do dia 15 de dezembro de 2015 afetava 30% da decisão judicial
408 de agora 2018 e pediu esclarecimentos. Disse que foi proposto na mesa, na reunião passada, refazer
409 o parecer do dia 15, e esclareceu o parecer já está feito e que não há mais como mudar. Disse que
410 discutiu com algumas pessoas, colocou para algumas pessoas que recompusessem essa comissão e
411 algumas se sentiram melindradas em função de já ter um processo quase todo concluído ou na sua
412 fase de conclusão e que refazer essa comissão não seria muito bom. Disse que como no regimento é
413 possível isso, a utilização de mão de obra externa ainda que como especialista, que em se tratando
414 que algumas pessoas que já saíram, informando que ligou para elas e elas não se opuseram em dar
415 continuidade, poder-se-ia pedir um prazo até a próxima reunião ordinária e então se apresentaria um
416 parecer final, dando conclusão a isso, em cima do que já foi analisado, que 70% do trabalho em cima
417 dos questionamentos colocados para SES como resposta já foram analisados, faltando ainda 30%
418 para serem, e esses 30% seriam finalizados apresentando-se um parecer, em cima dessa proposta,
419 na próxima reunião. Disse que o seu encaminhamento é esse, um prazo até a próxima reunião para
420 que se finde todo o trabalho e aqui seja apresentado o parecer desse trabalho final. Conselheira
421 **Danielle** explicou que o que foi colocado no pleno foi que o juiz levou em consideração, e se observar
422 a decisão do juiz se verá que inclusive se precisará responder ao Ministério Público, à 2ª PROSUS, e
423 será colocado o documento que se teve acesso, que é público, que é a decisão judicial e lá ele se
424 reporta ao parecer do Conselho e a manifestação do Ministério Público. Colocou ao pleno a situação
425 que aconteceu no final da reunião passada quando foi lido o final do parecer e então foi colocado que
426 o Conselho de Saúde, em uma decisão de dezembro de 2015, sem ainda ter a resposta da SES tomou
427 a decisão de acatar o parecer daquela comissão e determinar o encerramento do contrato imediato
428 mas sobrestar para se ter a resposta do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, precedido de
429 auditoria, então foi colocado que seriam necessários documentos oficiais porque se o Ministério
430 Público tem esse documento na mão, o Conselho deve ter protocolado no Ministério Público um
431 parecer da comissão, o Conselho de Saúde ter enviado oficialmente o parecer da comissão ao
432 Ministério Público. Disse que ficou muito desagradável no final da reunião, porque houve uma
433 discussão entre o Domingos, o Raimundo e o Tiago dizendo que quem levou ao Ministério Público
434 informalmente foi a Mesa Diretora, sem nenhum documento de protocolo. Conselheiro **Domingos de**
435 **Brito** contestou a informação de que a Mesa Diretora levou ao Ministério Público. Conselheira **Danielle**
436 continuou informando o Conselheiro Tiago levou no *pendrive*, numa reunião, chamando nesse
437 momento a Dra. Dilma para que se manifestasse se estava mentindo, suspendeu a reunião pois o
438 clima ficou muito pesado, houve pancada na mesa, grito no final da reunião, o Conselheiro Tiago disse
439 que nunca foi a uma reunião e o Conselheiro Domingos disse que estava com a Cláudia Fernandes e
440 a Maria Isar, ele, o Helvécio, a Mesa Diretora, ele, o Helvécio, o Tiago e o Raimundo, e não foi
441 encontrado no Conselho de Saúde nenhum registro oficial, a Secretária Executiva fez todo um
442 levantamento, não existe nenhum documento oficial de encaminhamento desta documentação da
443 comissão para o Ministério Público, para o Tribunal de Justiça, para nenhum outro órgão, é só um
444 esclarecimento. Conselheiro **Raimundo Nonato** esclareceu que no final da reunião anterior quem
445 falou Mesa Diretora foi ele, porque no dia que estavam lá não sabe quem ficou com o *pendrive* e esse
446 *pendrive* caiu na mão da Marisa Isar, e foi entregue por um membro da Mesa Diretora, e não foi ele
447 pois não gravou *pendrive*, mas foi entregue nesse dia. Disse que não foi uma coisa formal mas
448 entregaram o *pendrive* para a Marisa Isar. Disse que quem falou Mesa Diretora foi ele porque todos
449 estavam lá reunidos e o *pendrive* foi entregue, mas não sabe quem entregou, e agora por não saber
450 sabe que o documento chegou à Mesa lá, que eles têm esse documento, e em cima desse documento
451 vem essa relatoria aí, agora quem entregou, quem não entregou, quem buscou ou não buscou, a
452 comissão não levou oficialmente ainda essa documentação, mas chegou ao Ministério Público, ele tem
453 esse conhecimento. Conselheiro **Bruno Metre** lembrou que a sua questão de encaminhamento tinha
454 uma sugestão de texto que acha que em alguns aspectos de elegância, de forma e de fazer podem
455 mudar muito as coisas no futuro. Disse que, em relação a esse processo, lembra do dia, que foi até lá
456 no Clube da Saúde, que tinha bastante gente naquele dia, que o preocupa agora é que processo que
457 foi escaneado agora, e que recebeu, só vai até a folha 173 do processo, que foi no *e-mail*, sendo que
458 acha que são mais de 13 volumes esse processo e que nunca viu esse processo como um todo.
459 Entendeu que deve ter um processo apartado de questionamentos e que não foi apensado ao processo
460 principal, então não se teve conhecimento do processo original, e considerou importante que se tenha
461 conhecimento de todo o processo. Disse que houve uma deliberação, e as deliberações do Conselho

462 ocorrem por meio de recomendações, resoluções, etc. Questionou se foi publicado algo sobre isso.
463 Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, disse que o último momento que foi
464 discutido ICIPÉ neste Conselho foi no dia 15 de dezembro de 2015, que é o que consta nas atas, e o
465 que se viu na ata, é que o Conselho aprovou este parecer de 2015. Disse que a conclusão do parecer
466 que foi lida no pleno e gerou confusão é que o parecer foi aprovado e efetuou a leitura do parecer ao
467 pleno novamente. Disse, após a leitura, que foi aprovado este parecer e este parecer aprova o
468 cancelamento do contrato precedido, ou seja, só se poderia cancelar o contrato se houvesse uma
469 rigorosa auditoria dos órgãos de controle e fiscalização. Conselheiro **Domingos** esclareceu que não
470 cabe à comissão que analisou o processo encaminhar documento nenhum, cabe, uma vez colocado
471 o parecer, é função do Conselho, Secretaria Executiva, encaminhar aos órgãos colocados no parecer.
472 Conselheiro **Bruno Metre** disse que o que o preocupa é que houve uma decisão judicial, e vai ser
473 preciso saber sobre quais pontos a decisão judicial se consubstanciou porque, em que pese a
474 autotutela da administração pública, se precisa ver o que houve de atos procedimentares, porque tem
475 atos procedimentares ali que são de competência específica, por isso é que a decisão judicial será
476 importante até para esclarecer. Disse que não há problemas em revisitar os autos, resguardando a
477 questão da autotutela. Disse que a possibilidade de revisitar os autos depende, em que pese o princípio
478 da autotutela, do que foi analisado e decidido pelo judiciário pois no Brasil os atos administrativos
479 podem revistos pelo judiciário, as vezes até no mérito. Disse que há de ficar claro, que se existem
480 procedimentos administrativos pendentes ou que afetam a eficácia de decisão administrativa é uma
481 coisa, e que ante um decisum judicial tem-se que ver o que foi analisado, considerado e sobre o que
482 foi decidido. Disse que isso é importante para não dar margem a parecer que se está a defender revista
483 em âmbito administrativo de questões já analisadas pelo judiciário, pois como dito não teve acesso
484 aos autos do processo administrativo como um todo e tampouco dos autos judiciais. Disse que assim
485 o revisitar administrativo tem seus limites específicos, se existentes. Disse que será necessário tomar
486 conhecimento da decisão, que ele mesmo não se sente em condições de poder pronunciar sobre isso.
487 Conselheiro **Paulo Sellera** elencou que: se tem um parecer da comissão, não se tem uma resolução
488 que aprovou ou não este parecer, consistindo isso em uma pendência, e se tem que revisitar o
489 processo e, se por uma infelicidade, perdeu-se um *pendrive* na frente de uma procuradora, a
490 procuradora se baseou nesse parecer não aprovado no pleno para instruir parte do processo.
491 Conselheiro **Daniel Seabra** explanou que, como foi visto no pleno, a ata diz que foi colocado em
492 votação o parecer e aprovado por maioria dos votos com duas abstenções, Conselheiros Luiz Carlos
493 e Bruno Metre. Disse que a partir disso não foi então feita uma resolução. Sugeriu, com base no que
494 foi relatado agora também já que teve uma série de respostas da SES aos questionamentos e se sabe
495 que as consequências de uma não aprovação disso podem ser catastróficas, se suspenda essa
496 aprovação do parecer uma vez que não houve publicação de resolução e há elementos novos a serem
497 analisados, então pode-se colocar em seguida em votação a proposta do Conselheiro Domingos em
498 relação à reconstituição desse mesmo grupo, com apoio das pessoas, ou se vai montar um grupo
499 novo, isso pode ser feito logo em seguida, mas nesse momento suspendemos a aprovação do parecer
500 para que um novo parecer com base em uma nova análise com as respostas apresentadas seja trazido
501 a esse pleno para que em seguida seja feita uma nova análise e um encaminhamento para resolução.
502 Conselheiro **Domingos** deixou claro que ele, como participante da comissão, não concorda em
503 desfazer o que já está feito. Conselheiro **Bruno Metre** discordou da proposta feita pelo Conselheiro
504 Daniel porque não se tem elementos nesse momento para suspender o parecer, se tem que lembrar
505 que as manifestações do Conselho se materializam também por uma questão procedimental, de
506 publicidade, mesmo por meio de resoluções. Disse que não existe problema em se revisitar os autos
507 com base nos elementos que à época e aí uma das coisas que consubstancia, como foi dito, é que na
508 verdade, se deixou em aberto chegar elementos para serem analisados, a proposta está valendo, que
509 era justamente de receber as auditorias, então acha que ainda é uma proposta que faz eficácia e efeito.
510 Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, ponderou que, quando o Conselho de
511 Saúde aprova um parecer que diz que é a favor do cancelamento do contrato precedido de rigorosa
512 auditoria dos órgãos de controle e fiscalização, o Conselho de Saúde não deveria ter mandado a esses
513 órgãos o pedido de auditoria, porque se não foi feito o pedido de auditoria o Conselho de Saúde não
514 cumpriu com a decisão aprovada pelo Conselho de Saúde. Disse que o que tem que ser definido é
515 que isso seja cumprido, ou seja, agora o Conselho de Saúde, baseado na aprovação deste parecer,
516 encaminhe uma solicitação de auditoria a todos esses órgãos que foram citados aqui. Conselheira
517 **Danielle** disse que o parecer vem com base em vários questionamentos, ele faz os questionamentos
518 e a comissão não responde aos questionamentos, ela diz que a SES precisa se manifestar.
519 Encaminhou que a comissão volte a se reunir e que analise todas as 419 respostas da SES enviadas
520 em 22 de dezembro de 2016. Disse que um ano depois, com *deadline* enorme, que só foi feita a partir

521 da entrada do Secretário Humberto, quando ele decidiu tomar conhecimento de todos os
522 questionamentos e responder, então entende que como é utilizado o termo precedido, a aprovação
523 aprova um procedimento, procedimento este que não ocorreu, é condicionante, então antes de se
524 enviar para o Ministério Público, é preciso analisar as 419 respostas da SES aos questionamentos que
525 a comissão fez. Sugeriu aguardar e dar o prazo para a próxima RO de junho de 2018 para que a
526 comissão tenha esse mês inteiro para se reunir, analisar as 419 respostas e trazer um parecer para a
527 comissão para que se possa encaminhar para o Ministério Público, para o Tribunal de Justiça, para
528 todos os órgãos oficialmente solicitando um parecer deles a respeito, até porque o Tribunal de Justiça,
529 o Desembargador já pediu à Secretaria alguns esclarecimentos, a Secretaria está dando os mesmos
530 esclarecimentos que deu ao Conselho ao Tribunal e também ao Ministério Público. Conselheira
531 **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, explicou que a partir da auditoria que este parecer
532 definiu, de todos os órgãos de controle, e das respostas da SES que ainda não foram analisadas, aí
533 sim é feito um relatório, apresentado no pleno juntamente com o parecer, e então a questão é fechada.
534 Esclareceu também que quando a Conselheira Danielle propôs que a comissão faça esses trabalhos,
535 está se falando da comissão ou grupo de trabalho que será recomposta para conclusão desse
536 processo. Detalhou que o que será votado em primeiro lugar será a recomposição do grupo de trabalho
537 com quatro integrantes sendo dois usuários, um gestor e um trabalhador. Colocou em regime de
538 votação a aprovação da reconstituição do grupo de trabalho para tratar da questão do processo do
539 ICIPE, mantidos os dois usuários, Domingos e Raimundo Nonato, Conselheiro Paulo Sellera como
540 gestor e Conselheira Rosalina como trabalhadora. Aprovado por unanimidade. Conselheiro **Paulo**
541 **Sellera** sugeriu um prazo de trinta dias para apresentação do resultado. A 416ª RO foi encerrada às
542 12h47. Foi lavrada a presente ata por mim, Ítalo de Araújo Verlangieri, secretário *ad-hoc*, para posterior
543 apreciação e assinatura dos Conselheiros. Brasília, 08 de maio de 2018.

LOURDES CABRAL PIANTINO

Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal

ANDRESSA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA CAVALCANTE

Secretária Executiva do Conselho de Saúde do Distrito Federal

DANIEL SEABRA RESENDE CASTRO CORREA

Conselheiro Suplente – Secretário Adjunto da SES

PAULO EDUARDO GUEDES SELLERA

Conselheiro Suplente – Subsecretário de Planejamento em Saúde - SUPLANS

DANIELLE SOARES CAVALCANTE

Conselheira titular – Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica e Participativa e
Relações Institucionais - ARINS

ANNA KARINA VIEIRA DA SILVA

Conselheira titular - Fundação Hemocentro de Brasília

BÁRBARA DE ALBUQUERQUE BERÇOT

Conselheira suplente – Fundação Hemocentro de Brasília – FHB/SES

MARIA DILMA ALVES TEODORO

Conselheira titular – Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde do DF/SES-DF

FELIPE MAZONI LOPES

Conselheiro titular – Hospital das Forças Armadas - HFA

JORGE BRUNO ROSÁRIO DE SOUZA

Conselheiro titular – Instituto de Cardiologia de Distrito Federal

BRUNO METRE FERNANDES

Conselheiro titular - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – 11ª região DF / GO

JEOVÂNIA RODRIGUES SILVA

Conselheira suplente - Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal - SODF

MÁRCIO DA MATA SOUZA

Conselheiro titular - Sindicato dos Enfermeiros do DF

JOÃO CARDOSO DA SILVA

Conselheiro titular – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal – SINDATE/DF

JEFFERSON DE SOUSA BULHOSA JÚNIOR

Conselheiro suplente - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde – SINDSAÚDE/DF

MARINA SARAIVA GARCIA

Conselheiro suplente - Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal – 01 - CRPDF

ROSALINA ARATANI SUDO

Conselheira suplente - Associação Brasileira de Enfermagem do Distrito Federal – ABEN-DF

RUI PERPÉTUO GOMES

Conselheiro titular - Movimento Afrodescendente de Brasília - MADEB

DARLY DALVA SILVA MÁXIMO

Conselheira titular – Central de Movimentos Populares do Distrito Federal – CMP/DF

DANYLO SANTOS SILVA VILAÇA

Conselheiro titular – Centro Acadêmico de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília – CASCO/UnB Ceilândia

SILVESTRE ARAÚJO

Conselheiro titular - Associação Cultural Recreativa Esportiva Farmacêutica do Distrito Federal – ACREF/DF

RAIMUNDO NONATO DE LIMA

Conselheiro titular – Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal – MISMEC/DF

VERA LÚCIA BEZERRA DA SILVA

Conselheira titular - Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília

DOMINGOS DE BRITO FILHO

Conselheiro titular – Pastoral de Saúde do Distrito Federal

WILLIAN FERNANDO DA SILVA

Conselheiro suplente - Associação Brasileira de Deficientes Visuais - ABDV

MARLY DE FÁTIMA BARBOSA DE ARAÚJO

Conselheira titular - Grupo de Apoio às Mulheres Atingidas pela Hanseníase GAMAH

LUÍS MAURÍCIO ALVES DOS SANTOS

Conselheiro suplente - Grupo de Apoio às Mulheres Atingidas pela Hanseníase - GAMAH

MAGDA MARIA CARDOSO DA SILVA

Conselheira suplente - Associação Brasileira de Combate à AIDS – Grupo Arco-Íris